



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL PLENO

ATAS DAS SESSÕES

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 04/2023 –TJ

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO. Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às 13:30 horas (treze e trinta horas), realizou-se a sessão nº 04/2023, convocada mediante o **Edital nº 21/2023**, de 25 de janeiro de 2023, disponibilizado no Diário da Justiça de igual data, a realizar-se por videoconferência, (no link de acesso já utilizado para as sessões do Tribunal Pleno), para posse dos membros do Órgão Especial seção elegível biênio 2023/2025, além de tratar de assuntos administrativos de interesse do Poder Judiciário. A sessão do Tribunal Pleno ocorrerá com prejuízo da sessão do Órgão Especial, nesta data. Abertos os trabalhos, foram aprovadas, sem alteração, a Ata da Sessão nº 02/2023, de 26/01/2023 e, a Ata da Sessão nº 03/2023, de 31/01/2023. **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores:** ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES – PRESIDENTE, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO GLADYSON PONTES, FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, TEODORO SILVA SANTOS, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, LISETTE DE SOUSA GADELHA, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, MARIA EDNA MARTINS, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL, JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, MARIA ILNA LIMA DE CASTRO, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO, SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, EVERARDO LUCENA SEGUNDO, VANJA FONTENELE PONTES, JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO, FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSARFAVA, ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES, BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA, FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (**Juiz convocado para compor o TJCE, até o preenchimento definitivo de vaga de Desembargador, cujo provimento encontra-se suspenso em razão da instauração de Incidente de Recusa - Portaria 2603/2022**) e FÁTIMA MARIA ROSA MENDONÇA (Juíza convocada para compor o Órgão Especial substituindo a Desa. Maria Iracema Martins do Vale durante sua ausência por motivo de licença médica - Portaria nº 28/2023). **Ausente, por motivo de férias,** o Excelentíssimo Senhor Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA. **Ausentes, justificadamente,** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA e ROSILENE FERREIRA FACUNDO. **Ausente, por motivo de licença médica,** a Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE. A Procuradoria-Geral de Justiça fez-se representar pelo Dr. MANUEL PINHEIRO FREITAS – PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, sendo os trabalhos secretariados pelo Dr. NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO – SUPERINTENDENTE DA ÁREA JUDICIÁRIA. **1 -** Os Excelentíssimos Senhores Desembargadores DURVAL AIRES FILHO e JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, suspenderam suas férias nesta data para participarem desta sessão. **2 – EXPEDIENTES: 2.1 -** O Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, Presidente, submeteu ao colegiado a **Resolução nº 01/2023** que “Dispõe sobre a alteração das estruturas administrativa e de cargos do Poder Judiciário do Estado do Ceará”. Na sequência, explanou sobre a importância da reestruturação administrativa e a transformação de cargos, que se faz sem nenhum ônus para a instituição. Exemplificou que, para auxiliar nos trabalhos, foram criados (transformados) seis cargos na Vice-Presidência e um cargo de assessor na Consultoria Jurídica. Ressaltou ainda que foram convocados por concurso público, 30 Analistas Judiciários na área de informática, e que 70% dessa transformação de cargos, por sua determinação, serão ocupados por servidores de carreira. Todos os Desembargadores aprovaram a Resolução. **2.2 –** Em seguida, submeteu ao Colegiado a **Mensagem de Lei** que “Dispõe sobre a transformação de cargos vagos efetivos de servidores e a criação de cargos de provimento em comissão na estrutura do poder judiciário do estado do ceará”. Em seguida, agradeceu o apoio da Associação Cearense de Magistrados (ACM), que soltou nota pública elogiando a iniciativa, assim como o apoio recebido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na sequência, informou que houve a criação de muitos cargos nos últimos anos: 1. No final da gestão do Desembargador Washington Luis Bezerra de Araujo foram criados trinta e um (31) cargos de técnico judiciário (nível médio) decorrentes da transformação de quarenta e sete (47) cargos de níveis fundamental e médio; 2. Na gestão da Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira foram criados vinte e cinco (25) cargos efetivos, sendo quinze (15) cargos de técnico judiciário e dez (10) cargos de oficial de justiça; vinte e três (23) cargos vagos de níveis fundamental e médio mais cento e sessenta e sete (167) cargos efetivos, sendo cento e quarenta e dois (142) para técnico de nível médio e vinte e sete (27) de analista judiciário. Na proposta atual, serão criados quarenta e seis (46) cargos de técnico judiciário (nível médio) decorrentes de transformações de cargos de níveis fundamentais e médio. De janeiro de 2021 até agora houve a criação de duzentos e sessenta e nove (269) cargos de provimento efetivo, destinados ao preenchimento por concurso público. Nos últimos anos, em gestões anteriores, o Tribunal de Justiça realizou três (3) concursos públicos para técnico judiciário e três (3) concursos públicos para analista judiciário, tendo ofertado quatrocentos e sessenta e uma (461) vagas e convocado, nestes anos, um total de um mil, quatrocentos e vinte e um (1.421) candidatos. No ano de 2022, foi realizado concurso para o cargo de analista judiciário, especialidade ciência da computação, tendo sido convocados trinta (30) candidatos aprovados, para entregar documentação e até dia 10



serão nomeados. Para o cargo de analista judiciário – oficial de justiça, dez (10) aprovados foram convocados para entregar documentação até dia 28. Na última segunda-feira, 30/01/2023, foi publicado concurso para técnico judiciário com cinquenta (50) vagas e, possivelmente mais quarenta e seis (46) vagas com essa transformação, fora cadastro reserva. Isso denota a política do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará de avançar duas frentes: 1. criando cargos efetivos mediante provimento por concurso público, seja pela transformação de cargos, seja pela criação direta; e, 2. criando cargos em comissão, destinados ao assessoramento direto dos magistrados. A mensagem assim propõe criar duzentos e vinte (220) cargos de assistente de apoio e cinquenta (50) cargos de assessor de Desembargador. Posteriormente, tentaremos criar mais um cargo de apoio no primeiro grau. É essencial criar esses cargos. Com a palavra, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. MANUEL PINHEIRO FREITAS, se pronunciou elogiando a iniciativa, informando que uma reforma administrativa está sendo feita pelo Ministério Público, tendo sido encaminhado em 03 de outubro de 2022, quatro projetos de lei, com medidas assemelhadas, que visam reestruturar e modernizar a gestão do Ministério Público. Em seguida, fizeram uso da palavra o Dr. Wesley Miranda (assessor jurídico do SindJustiça) e o Sr. Roberto Eudes (Presidente do SindJustiça). Na sequência, também fizeram uso da palavra, os representantes do Sindojus, Dr. Márcio Cavalcante (assessor jurídico do Sindojus) e o Sr. Vagner Venâncio de Lima (Presidente do Sindojus). Após, o Dr. Sérgio Mendes Filho, Superintendente Administrativo, esclareceu que a transformação de cargos é uma tentativa de atualizar a estrutura do Poder Judiciário e que o Tribunal de Justiça tem se pautado nos estudos técnicos do Conselho Nacional de Justiça e que a própria Resolução nº 219 do CNJ estabelece critérios para o cálculo da lotação paradigma. O Desembargador FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES refletiu sobre a maturidade do Tribunal de Justiça, parabenizando as manifestações serenas dos sindicatos e sugerindo a continuação do diálogo permanente entre a instituição e os servidores. O Desembargador WASHINGTON LUIZ BEZERRA DE ARAÚJO compartilhou a alegria que sente ao ver o Desembargador ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES como Presidente, parabenizando-o pelo projeto, bem equilibrado, de aumentar a força de trabalho. O Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, Vice-Presidente, saudou a todos e os representantes dos sindicatos. Enfatizou sobre o compromisso reafirmado pelos novos gestores, em cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as leis da União e do Estado. Ressaltou que esse é compromisso diário, garantindo aos representantes dos sindicatos, servidores e colegas magistrados que, jamais, ensejaria alguma medida ou reforma que resvalasse em inconstitucionalidade, ilegalidade ou algum desvio de finalidade ou em qualquer prejuízo. O Desembargador CARLOS ALBERTO MENDES FORTE parabenizou pela iniciativa, afirmando que é uma reivindicação antiga dos magistrados em aumentar a força de trabalho nos gabinetes e que o intuito é atender a sociedade cearense. O Desembargador JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO elogiou a transparência e os benefícios que a iniciativa traz para a sociedade, parabenizando o Desembargador Presidente. Todos os Desembargadores aprovaram a Mensagem de Lei, devendo ser encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **2.3**

- FORMAÇÃO DE COMISSÕES - GESTÃO BIÊNIO 2023/2025. Em seguida, submeteu ao Colegiado, os seguintes nomes de Desembargadores que deverão atuar, na Gestão Biênio 2023/2025: **2.3.1 - COMISSÃO DE REGIMENTO, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA** (art. 4º, XIX, do RITJCE; Lei Estadual nº 16.208/2017 - Organização Administrativa Judiciária e Resolução Órgão Especial nº 11/2017): Membro e Presidente: Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA; Membro: Des. HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA; Membro: Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO e Suplente: Des. JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA. Todos os Desembargadores ficaram de acordo. **2.3.2 - COMISSÃO DE INFORMÁTICA** (art. 4º, XX, do RITJCE). Membro e Presidente: Des. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA; Membro: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE; Membro: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA e Suplente: Des. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. Todos os Desembargadores ficaram de acordo. **2.4 - EFETIVAÇÃO (SEÇÃO DE ANTIGUIDADE) E POSSE (SEÇÃO ELEITA) DOS MEMBROS DO ÓRGÃO ESPECIAL E SUPLENTE (ORDEM DE VOTAÇÃO)** O Desembargador Presidente com a palavra informou que conforme **Edital nº 22/2023** – Presidência (DJe 26/01/2023), que publicizou a composição do Órgão Especial para o biênio 2023/2025, após votação e deliberação do Tribunal Pleno, na sessão nº 02, de 26/01/2023, e considerando o artigo 12 do RITJCE: convidou os Desembargadores seção de eleitos ordem de antiguidade para assinar o termo de posse: LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES (reconduzida), FRANCISCO CARNEIRO LIMA (reconduzido), FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO (reconduzido), FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES (reconduzido), JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO (reconduzido), ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO e FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA. A Presidência na forma regimental declarou todos os membros eletivos empossados. Dando continuidade convidou os suplentes ordem de votação para assinar o termo de posse: CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA e JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO. Por fim, anunciou os Desembargadores(as) do Órgão Especial 2023/2025: **MEMBROS NATOS:** ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES – PRESIDENTE, HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO – VICE PRESIDENTE, MARIA EDNA MARTINS – CGJ. **SEÇÃO DE ANTIGUIDADE:** FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA (ADV), MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE (MP), MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE (MP), DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO GLADYSON PONTES (ADV), FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO e FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. **SEÇÃO ELEITA (ORDEM DE ANTIGUIDADE):** LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES (RECONDUZIDA), FRANCISCO CARNEIRO LIMA (RECONDUZIDO), FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO (RECONDUZIDO), FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES (RECONDUZIDO), JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO (RECONDUZIDO), ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO e FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA. **SUPLENTE (ORDEM DE VOTAÇÃO):** CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA e JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO. **2.5 - FORMAÇÃO DOS ACERVOS PROCESSUAIS (ÓRGÃO ESPECIAL 2023/2025):** Com a palavra, o Desembargador Presidente, informou no que diz o art. 12, §§15 e 16, do Regimento Interno do TJCE, tem-se que a disposição dos acervos processuais no OE (biênio 2023/2025), deve se dar da seguinte forma: a) - O Presidente, o Vice-Presidente e a Corregedora-Geral assumem os processos eventualmente existentes de seus antecessores nesses cargos, além daqueles que advierem, em matérias específicas, ficando excluídos da distribuição geral e aleatória; b) - **Permanecem com os próprios acervos processuais: 1 - na seção de antiguidade, em razão da permanência no Órgão Especial:** Os(as) Desembargadores(as) FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO; **2 - na seção elegível, já que reeleitos para o biênio 2023/2025:** os(as) Desembargadores(as) LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES e JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. c) - **Desa. MARIA NAILDE PINHEIRO assume o acervo processual do Des. INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO** (que chegou à composição do Órgão Especial já no final do biênio 2021/2023, em razão do falecimento da Desa. Francisca Adelineide Viana, magistrada de carreira); d) **o Des. FRANCISCO GLADYSON PONTES** (passa a compor a seção da antiguidade, na reserva do quinto constitucional da advocacia), **assume o acervo da Desa. MARIA EDNA MARTINS** mais antiga no Tribunal dentro da seção de eleitos do Órgão no biênio passado, 2021/2023, e que passou a ocupar a vaga de Corregedora no biênio 2023/2025, como membro nato); e) **a Desa. ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO** (a mais antiga no Tribunal de Justiça entre os eleitos para **primeiro mandato** no biênio



2023/2025) assume o acervo da Desa. TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES (a 2ª mais antiga no TJCE dentro da seção de eleitos do Órgão, biênio 2021/2023, e que deixa o OE por ter exercido dois biênios de mandato); f) o Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSARFAVA (o 2º mais antigo no Tribunal entre eleitos para primeiro mandato no biênio 2023/2025) assume o acervo do Des. HERÁCITO VIEIRA DE SOUSA NETO (o 4º mais antigo no Tribunal entre os eleitos do Órgão passado, biênio 2021/2023, e que passou a ocupar a vaga de Vice-Presidente no biênio 2023/2025, como membro nato). O Desembargador Presidente informou que os processos de relatores(as) que deixaram o OE e que eventualmente estejam com pedido de vista ou aguardando julgamento de recurso extraordinário ou ordinário, quando possível (após apresentação de voto vista e continuidade de julgamento, por exemplo) e necessário (efetivação de decisão/acórdão, por exemplo), retornarão ao(a) relator(a) originário(a), considerando as sucessões há pouco definidas, para os devidos fins. Todos os Desembargadores ficaram cientes.

3 – DIVERSOS: 3.1 - Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Desembargador CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, agradeceu à Presidência pela criação de mais um cargo de assessor, asseverando que na 1ª Câmara de Direito Privado essa demanda era uma preocupação constante, e que esta iniciativa contribuirá bastante para a realização dos trabalhos. Em seguida, o Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO considerou que o TJCE, com os trabalhos realizados pelos estagiários de Pós-Graduação, ganhou muito em efetividade. Após, manifestou-se a Desembargadora LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, parabenizando a Presidência pela criação do referido cargo, asseverando que esta era uma antiga reivindicação sua e do eminente Desembargador JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO nas Câmaras de Direito Privado do TJCE. Pontuou, ademais, que nas referidas Câmaras, a demanda mensal atual é de quase 300 (trezentos processos). Ressaltando para todos, magistrados, advogados e jurisdicionado que é impossível dar evasão em tal volume processual nesse curto intervalo de tempo. Nessa ocasião, interveio o Presidente da Sessão assinalando que com a chegada de um novo assessor na estrutura da Corte, com a melhoria trazida pelo NAP (Núcleo de Apoio à Produtividade), foram assumidas 6 (seis) funções, os quais ainda não havia até a presente gestão. Foram quatro funções comissionadas, equipes de revisão, e as funções distribuídas para a Conj. Informática e Vice-Presidência. Comunicou à magistrada que lhe nomeou para presidir à Comissão da Pessoa Idosa. Na sequência, falou a eminente Desembargadora MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, a qual destacou, indo ao encontro do que pontuou o Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, o papel dos estagiários de pós-graduação que atuam na Corte, afirmando que estes foram fortalecidos na gestão do Desembargador ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, então Vice-Presidente, por ocasião da criação do NAP. Referidos estagiários, salientou a magistrada, prestam excelentes serviços jurisdicionais. Afirmo que é eternamente grata aos referidos profissionais que contribuíram sobremaneira para que o seu gabinete atingisse suas metas. No azo, interveio o Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO acentuando que os magistrados não foram treinados para a gestão administrativa, mas todos devem aprender a gerir os trabalhos nos seus respectivos gabinetes. Salientou que passara 4 anos afastado do seu gabinete, quando esteve à frente da Presidência da Corte, e, ao retornar às suas atividades jurisdicionais, recebera o acervo processual, sem pendências, do Desembargador ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, o que o fez se espelhar na gestão deste. Citou como exemplo os trabalhos desenvolvidos pelo eminente Desembargador CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, das Câmaras de Direito Privado, cujo o acervo está “enxuto”. O Presidente, nessa esteira, mencionou que todos devem buscar essa expertise na gestão de seus acervos, e se preciso, procurem apoio naqueles gabinetes que estão apresentando bons resultados. Mencionou, como exemplo de boa atuação nessa área, o gabinete do Desembargador MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, cujo índice de congestionamento está abaixo do exigido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Citou ainda, como exemplo, os resultados apresentados pelo gabinete do Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO e da Desembargadora VANJA FONTENELE PONTES, dentre outros. Comunicou, ademais, que a Corte terá mais cobrança, futuramente, pela Corregedoria do CNJ. Nesse instante pediu a palavra o eminente Desembargador CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, salientando que o momento requer que todos se irmanem por ocasião da criação do novo cargo. O Presidente, nesse sentido, pontuou da necessidade de se manter estável os estagiários e manter a qualidade dos trabalhos, e a fim, também, de atenuar a rotatividade dos mesmos. Em seguida, o Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO reforçou que, com o advento dos revisores do NAP, os trabalhos na Corte melhorarão mais ainda. O Presidente, nessa senda, afirmou que referidos revisores serão remunerados e serão privativos do Quadro efetivo do Poder Judiciário.

3.2 - Após essas considerações, o Presidente referiu-se à Desembargadora MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL, destacando que esta será a última sessão a contar com a presença da magistrada. Pontuou que a magistrada atuou com muita dedicação, determinação e amor às suas atividades na Corte, e que soube, durante sua jornada, internalizar muito bem a política de conduta adotada pelo TJCE. Fez voto que a magistrada continue prestando seu apoio ao Poder Judiciário, sugerindo sua atuação nas atividades da Conciliação. Frisou, ademais, que a magistrada deixa sua marca de humanismo, e postulações adequadas, seguras e avançadas no exercício de suas funções. Concluiu desejando boa sorte à referida magistrada. Facultou, em seguida, a palavra aos demais Desembargadores, por ordem de antiguidade, ocasião em que se manifestou o eminente Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, que fez votos para que a magistrada sob comento continue sendo uma pessoa otimista, de bem com a vida, e que aproveite para desenvolver outros projetos de seu interesse. Após, manifestou-se a Desembargadora MARIA IRANEIDE MOURA SILVA que destacou sua felicidade de ter convivido com a magistrada sob enfoque, tecendo-lhe elogios, considerando que a mesma deixará sua marca no TJCE, mormente pela sua maneira de se portar e se conduzir no seu trabalho. A Desembargadora MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES pediu a palavra, em seguida, para dirigir suas palavras à magistrada, destacando seu companheirismo, e que esta possui inúmeros projetos na área social, afirmando que com esta sua conduta, onde estiver, a mesma continuará atuando muito bem em suas futuras atividades, e que será sempre reconhecida no que se prontificar a fazer. A Desembargadora MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA pediu a palavra para manifestar-se, aduzindo que, quando da posse da magistrada em comento, no ano de 2021, lhe fora concedida a honra de fazer um discurso em sua homenagem. Naquele momento, citou um pensamento: “A justiça é um encantamento do juiz. Se o juiz não estiver encantado pela justiça, não será um bom juiz, será, sem dúvida, um julgador, talvez até famoso, talvez até admirado, mas lhe faltará a essência do juiz”, e reiterou esta homenagem à magistrada em face de sua despedida. Em seguida, falou o eminente Desembargador CARLOS ALBERTO MENDES FORTE que assinalou que presenciou a aflição da magistrada na ocasião em que esta assumiu o grande acervo deixado pelo Desembargador FRANCISCO GOMES DE MOURA, em torno de 5 (cinco) mil processos. Que a magistrada, no dia seguinte à referida assunção, fora cobrada pelo CNJ, mas mesmo diante de tais situações, a magistrada não deixou de levar grandes volumes de processos para julgamento no colegiado, afora as monocráticas e interlocutórias que a mesma preferira. Frisou que a magistrada julga, não só lançando mão da técnica jurídica, mas atuando com humanidade, habilidade fundamental para um bom juiz, no seu entendimento. Considerou que a magistrada não abre mão de seus posicionamentos ao julgar, agindo com firmeza, outra característica de um bom julgador. Fez questão de deixar registrado referido testemunho para o Pleno do TJCE. Após, pediu a palavra a eminente Desembargadora VANJA FONTENELE PONTES, que destacou que conhece a magistrada homenageada há muito tempo, pois com ela fez inúmeras viagens e trabalharam juntas na comarca de Canindé – Ce. Asseverou que reconhece, na pessoa da magistrada, todo o humanismo a que aludiram os demais Desembargadores, destacando,



ademais, a sua fé e esperança que transmite às pessoas que com ela convivem. Por fim, concluiu sua fala rendendo votos à magistrada de muito sucesso. Pronunciou-se, em seguida, o eminente Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, Vice-Presidente, o qual afirmou que conhece a magistrada ora em comento há muito tempo e que com esta laborou em várias frentes, seja nas lutas associativas, ou quando transformou a 17ª Unidade dos Juizados Especiais no famoso Centro Comunitário do bairro Parangaba, seja como julgadora e conciliadora, sempre indignada com as injustiças sociais, como as discriminações e as situações das populações carcerárias. Finalizou desejando boa sorte à magistrada. Com a palavra, à eminente Desembargadora LIRA RAMOS DE OLIVEIRA a qual também afirmou que conhecia a magistrada desde os tempos em que trabalhou nos Juizados da Parangaba, pontuando que sua admiração por esta aumentou ainda mais quando esta veio trabalhar na 3ª Câmara de Direito Privado. A Desembargadora JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO pediu a palavra a qual teceu elogios à Desembargadora em apreço, dizendo que esta é uma das melhores pessoas que conhece, de caráter humano e disposição inabalável. Uma pessoa de propósito, esperança e cheia de ações. Asseverou ter orgulho da amizade que tem com a magistrada e por tê-la na seara da magistratura. Nesse sentido, rendeu votos de alegria e entusiasmo em sua futura jornada. Também pediu a palavra o eminente Desembargador JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA que assinou que foi e sempre será uma honra ter a amizade da magistrada, destacando que a sociedade cearense muito lhe deve pelos serviços prestados na magistratura, sobretudo nas varas das penas alternativas. Na sequência das homenagens, manifestou-se o Desembargador CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, que, inicialmente, congratulou os novos dirigentes da Corte, desejando-lhes votos de boa sorte. Dirigindo-se à magistrada, em seguida, registrou que já trabalhou com esta e que sempre fora muito bem tratado pela mesma, desejando-lhe boa sorte em sua aposentadoria ao lado de seus familiares. Após, fora concedida a palavra ao eminente Desembargador PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE o qual aduziu que o gerenciamento do tempo, por parte da magistrada, doravante, será mais importante, pois o tempo será mais completo em toda sua energia, focada no ser humano. Desejou-lhe votos de muita saúde e paz, agradecendo-lhe pelos seus serviços prestados à Corte de Justiça Cearense. Manifestou-se, em seguida, a eminente Desembargadora LISETTE DE SOUSA GADELHA, que endossou todos os elogios endereçados à magistrada até então, mas acentuando que havia algo que muito lhe chamava à atenção. Relatou que falara com a magistrada acerca de experiências vividas ainda no Juizado Especial da Parangaba. Falara também acerca das penas alternativas, e de sua vinda para a Corte, destacando que, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas na vida pela magistrada, esta sempre manteve o sorriso. Aduziu ter a certeza que, mesmo afastada, a magistrada continuará trabalhando pela Corte com muito afino. Citou que a magistrada trouxe para a gestão da Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, as mães do Curió (bairro) e isso deu ênfase que o caso precisava. Ponderou que cada magistrado deixa sua marca indelével na judicatura. O bom juiz tem que ter humanidade, como asseverou os Desembargadores que se manifestaram anteriormente, pontuou. Em seguida, manifestou-se o eminente Desembargador JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO, que, inicialmente, perguntou a todos o significado da palavra QUENTAL. Palavra que vem do latim, disse o magistrado, e que os Portugueses são da família que leva este nome. Discorreu sobre as qualidades da pessoa com este nome, quais sejam: pessoa criativa, mas impulsiva. Que costuma ser otimista e generosa. Sua personalidade forte a faz segura o suficiente para ser independente. Acredita no amor como caminho da felicidade e as causas maiores. Busca sempre pessoas generosas e afetivas, que trazem coragem para afastar o fracasso. Concluiu sua fala dizendo que teve a “graça” de conhecer a referida magistrada, afirmando que ambos são egressos do mesmo concurso, e que trazem consigo a vontade de servir ao próximo. Desejou-lhe muitas felicidades. Na oportunidade, o Presidente concedeu a palavra ao eminente Procurador Geral de Justiça, Dr. MANOEL PINHEIRO FREITAS, congratulando a magistrada pelas inúmeras amizades que esta fez com os Membros do *Parquet* ao longo de sua jornada, pela pessoa humana que esta representa e como magistrada que sempre buscou promover um dos princípios basilares da Constituição que é o da dignidade da pessoa humana. Citou a etimologia italiana da palavra aposentadoria, para ilustrar que a magistrada merece o júbilo do dever cumprido. Por fim, fora concedida a palavra à Desembargadora homenageada, que manifestou sua emoção diante das palavras elogiosas a ela dispensadas. Agradeceu, primeiramente, a Deus, pontuando que Ele sempre a conduzirá em sua vida, e que Este está presente na vida de todos. Lembrou que conhecera a Desembargadora FRANCISCA ADELINDE VIANA e o Desembargador FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO quando era funcionária da Justiça. Com ambos, granjeou inspiração para o trabalho no Poder Judiciário. Ponderou que a justiça é o único lugar em que os pobres buscam o que desejam. Tudo gira em torno do indivíduo, considerou a magistrada. Teceu comentários sobre sua vivência no sistema carcerário, dizendo que este lugar deveria ser conhecido por todos que limitam na judicatura, pois foi nesse ambiente que aprendeu a amar o preso. Disse acalantar o mesmo sonho da escritora Cora Coralina que é transformar todo presídio em escola. Pontuou, ademais, que trabalhar com a sociedade lhe fez perceber o quanto a mesma ama a justiça, sentindo-se muito honrada quando recebe a visita de um magistrado. Agradeceu a colaboração do Dr. Edson Landim, Promotor de Justiça e da Procuradora Socorro França durante sua jornada nos trabalhos com a comunidade. Relatou que, junto ao referido Promotor de Justiça, conseguiu um grande feito relativo à construção do Metrô de Fortaleza, evitando que a antiga estação ferroviária fosse demolida, e que hoje é um centro de Direitos Humanos. Agradeceu ao apoio recebido do atual Presidente da Corte e da então Presidente MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA. Após sua fala, a homenageada recebeu efusivos aplausos por todos da Corte. E, como nada mais houvesse a tratar, declarou-se encerrada a presente sessão solene, lavrando-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, vai assinada.

Fortaleza (CE), 02 de fevereiro de 2023.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Superintendente da Área Judiciária

ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial
